

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Abalou, mas...

A prisão de Ribeiro arranca o verniz do discurso de que não havia corrupção no primeiro escalão do governo. Porém, a declaração de Bolsonaro à rádio Itatiaia que "se (Ribeiro) tiver culpa, ele que pague" já foi adotada pela base do presidente.

...tem jeito

A avaliação interna no PL é de que o fato de Ribeiro ter sido preso pela PF reforçará duas imagens: primeira, a de um governo que não compactua com malfeitos; a segunda, de que Bolsonaro não interfere no trabalho da Polícia Federal.

Eles também fizeram

Entre os aliados de Bolsonaro, esse distanciamento entre o presidente e o ex-ministro vai na linha do que fizeram todos os antecessores quando tinham auxiliares enroscados em escândalos. "Lula fez isso com José Dirceu e Antonio Palocci e ninguém criticou", comentam aliados de Bolsonaro.

Estou blindado?

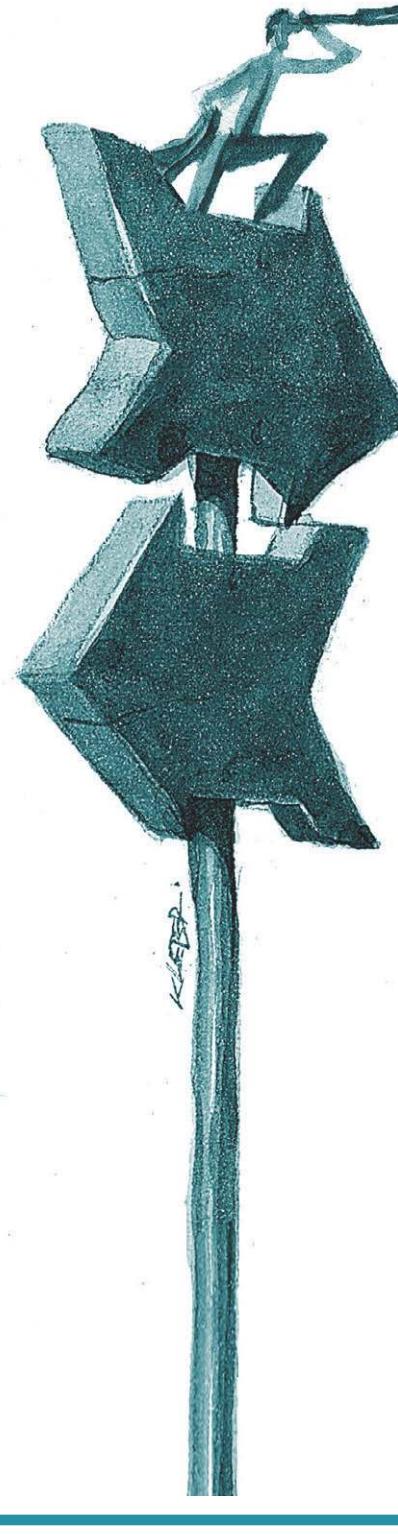
Aliás, Bolsonaro já tem na ponta da língua a resposta para o caso de Ribeiro repetir que só cumpriu ordens do presidente. "Não mandei fazer nada errado ou que contrariasse a lei."

Entre uma e outra, a oposição fica com a Educação

Se as dificuldades para instalar uma CPI da Petrobras já estavam grandes, agora mesmo é que não sai do papel. A avaliação dos oposicionistas, que até aqui resistem a assinar criação do colegiado, é de que a da Educação desgastará muito mais porque atinge o primeiro escalão do governo. "Quanto à Petrobras, tem muita gente com um pé atrás", comentavam, ontem, os deputados, debochando da rima.

» » »

Em relação aos combustíveis, os oposicionistas acreditam que embora a irritação com os aumentos seja forte, a população entendeu as amarras que o governo federal tem e culpa a empresa. Agora, em relação à educação e à escola, afá a responsabilidade de evitar desvios é do governo federal. E o fato de o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter dito lá atrás que colocava "a cara no fogo" pelo ex-ministro da Educação Milton Ribeiro é a confirmação de que as investigações demoraram.



CURTIDAS

Hora de estudos/ O fim de semana prolongado na Câmara será dedicado aos estudos jurídicos para ver o que será preciso para que o governo aprove o estado de calamidade que garante o voucher de R\$ 1 mil aos caminhoneiros, além de um vale gás mais robusto para as famílias de baixa renda. Até aqui, os congressistas acreditam que para os pagamentos no ano eleitoral, só com esteado de calamidade.

São João da estratégia/ Enquanto os deputados curtem as festas juninas nas bases eleitorais, a cúpula do Congresso vai preparar o clima para tentar votar os vouchers dos combustíveis na semana que vem. O tempo está cada vez mais curto para que as medidas surtam efeito no período eleitoral.



Carlos Vieira/CB/DA Press

Do Ceará.../ Autor da proposta que limita o ICMS dos combustíveis, o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE, foto), defendeu o fim da cobrança de impostos sobre gasolina, depois que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez o mesmo. Os colegas de Danilo no Congresso brincavam que o cearense fez escola. "Virou sucesso nos States, hein?"

....para o mundo/ O meme traz uma foto de Biden com a frase "Danilo, posso copiar seu trabalho?" E Danilo responde: "Pode, só não faz igual". E, abaixo, logo depois de uma cópia de reportagem a respeito do pedido de Biden ao Congresso americano, vem a inscrição: "Ô cabra imitão!"

CONGRESSO / Para o ex-presidente, qualquer alteração na legislação a fim de permitir a volta da influência política na administração das empresas públicas é um "retrocesso". E faz um alerta: "Haverá cobranças por parte da sociedade"

Temer defende Lei das Estatais

» MICHELLE PORTELA
» RAPHAEL FELICE

Ação moralizadora

O ex-presidente Michel Temer defendeu, ontem, a **Lei das Estatais**, criada logo depois que ele assumiu o comando do país e cuja intenção é proteger as empresas nas quais a União é acionista majoritária da influência política. Conforme disse, as alterações que estão sendo gestadas pelos caciques do Centrão, com a bênção do presidente Jair Bolsonaro (PL), são um retrocesso para o ambiente político nacional.

"O que se espera do mundo político é que aperfeiçoe, continuamente, a legislação e as instituições brasileiras, não que promova retrocessos. A lei que se pretende amputar significou a moralização das atividades públicas empreendidas pelas empresas estatais, e um grande avanço nos costumes políticos do país", destacou.

As alterações estão sendo propostas com vistas a praticar uma intervenção na Petrobras e impedi-la de reajustar os preços

Evaristo Sá/AFP



Temer: lei serve para que empresas públicas fiquem a salvo da gula política, como aconteceu na Petrobras

dos combustíveis — o que desgasta a campanha de Bolsonaro à reeleição e atrapalha as pretenções políticas de cardeais do Centrão, como o presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Temer disse, ainda, que "amparar a Lei das Estatais é um retrocesso. Haverá cobranças

por parte da sociedade".

Para tentar alterar a Lei das Estatais, o governo trabalha na elaboração de uma medida provisória, cujo conteúdo foi

confirmado pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR). A ideia é ampliar o poder de interferência de Bolsonaro na escolha de

conselheiros da Petrobras e na presidência da companhia.

O presidente não esconde que quer acabar com a política de preços da empresa, que acompanha as flutuações do barril de petróleo no mercado internacional. Lira e outros cardeais do Centrão têm feito a pregação de que a Petrobras não tem compromisso com a população ao reajustar os preços dos combustíveis seguidamente.

A elaboração da MP pode ter um inesperado aliado: o PT. Ontem, a presidente do partido, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), disse que concorda em discutir mudanças na Lei das Estatais. Foi durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff que explodiu o escândalo do Petrobras, quando num grupo de pessoas indicadas por partidos que davam sustentação ao governo no Congresso foram descobertas e presas depois de espoliarem o caixa da Petrobras. Para ela, a legislação "criminaliza" a política ao impedir que apadrinhados políticos sejam indicados para diretorias de empresas públicas.

JUDICIÁRIO

"Ativismo" em debate no Senado

O Senado aprovou a realização de uma audiência pública para debater a suposta prática de "ativismo judicial" e o princípio da separação dos poderes da República. O requerimento, apresentado pelo senador bolsonarista Eduardo Girão (Podemos-CE), funciona como um recado para o Supremo Tribunal Federal (STF), alvo de críticas por condenações

a parlamentares. Os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso e os ex-ministros Marco Aurélio Mello e Francisco Rezek foram convidados.

A oitiva ocorrerá no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), presidida pelo senador Reguffe (Podemos-DF), e a presença dos magistrados não será obrigatória. Também

foram chamados advogados, juristas e o ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Integrantes do Centrão alegam "ativismo judicial" na Corte para justificar a preparação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permita ao Congresso reverter decisões não unânimes do Supremo. O STF virou

alvo de aliados do governo após expedir condenações de bolsonaristas, como o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). Moraes e Barroso são dois dos alvos preferenciais do presidente da República a criticar a Corte.

Autor do pedido, Girão argumentou que o Judiciário precisa se explicar sobre uma suposta "invasão de competências" de outros Poderes. "Sabemos que os ministros só vão comparecer se quiserem. É um convite, mas estamos dando a oportunidade

para que eles tenham a humildade e a elegância de virem ao Senado", afirmou.

A discussão do "ativismo judicial" e a PEC do Centrão têm provocado um duelo de forças entre o Congresso e o Judiciário. Por um lado, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e manifestou preocupação com a proposta. Por outro, políticos do Centrão ameaçam resgatar medidas que mexem no funcionamento

da Corte, como a que prevê mandato para os ministros, caso o tribunal atue para barrar o andamento da PEC.

A deputada Bia Kicis (PL-DF), por exemplo, apresentou projeto de lei que amplia a possibilidade de recursos contra decisões monocráticas, permitindo a concessão de habeas corpus a tais decisões. A mudança beneficiaria parlamentares investigados pelo Supremo, como Daniel Silveira — que foi indultado por Bolsonaro.